

Saúde - Os Direitos dos Cidadãos e as Eleições para o Parlamento Europeu

O 13.º Dia Europeu dos Direitos dos Doentes foi comemorado nos dias 9 e 10 de abril, no Parlamento Europeu, com a presença de candidatos a deputados, a participação de representantes de mais de 20 instituições que colaboraram nos painéis e debates, bem como o suporte da Active Citizenship



SOCIEDADE
MARIA
TERESA FLOR
DE LIMA
MÉDICA*

Network, associação cívica que organizou o evento, o empenhamento do Grupo de Interesse do Parlamento Europeu «Os Direitos dos Doentes e Cuidados de Saúde Transfronteiriços» e com um manifesto final suportado por 19 organizações.

Sendo a saúde um bem comum maior, assistimos a um apelo ao reconhecimento dos Direitos dos Cidadãos e dos Doentes, pois que todos os cidadãos são potenciais doentes, e também ao incentivo à participação cívica no processo de definição de políticas de saúde, logo, no processo eleitoral que se aproxima. Foram discutidos os seguintes tópicos; a prevenção com foco na vacinação, nos rastreios e no diagnóstico precoce, a preocupação com a segurança dos doentes, a sustentabilidade dos sistemas de saúde, o acesso à inovação e a necessidade de novas formas de gestão da saúde.

Houve praticamente unanimidade sobre a importância de mudar o paradigma das orientações das políticas, com maior relevância na prevenção das doenças e mais apoio económico nessa área por ser onde se consegue a maior relação custo / benefício. A prevenção é melhor que o tratamento; a União Europeia (UE) deveria acrescentar uma dimensão europeia aos esforços dos Estados Membros em matéria de prevenção de doenças, porque é uma ferramenta para reduzir as desigualdades sociais, económicas, ambientais e culturais em todas as condições patológicas: “gastar apenas 3% dos nossos orçamentos de saúde em prevenção, em comparação com 80% no tratamento de doenças, simplesmen-

te não é suficiente, também porque se estima que a prevenção oferece um enorme retorno sobre o gasto em saúde”. Mais de 1,2 milhões de pessoas morrem prematuramente todos os anos nos países da UE, o que poderia ser evitado através de melhores políticas de prevenção de doenças e intervenções de saúde mais eficazes.

As áreas discutidas foram relacionadas com a vacinação e a prevenção do cancro. A vacinação é um dos pilares da saúde pública e necessita de uma abordagem com avaliação das perspetivas dos cidadãos, programas de informação e de vacinação ao longo da vida e monitorização pelos Estados Membros. A prevenção em oncologia é mais abrangente, envolvendo as questões ambientais, a participação dos cidadãos em mudanças de atitudes quanto a estilos de vida e dos governos através da definição de programas de rastreios, de melhoria do acesso a inovação tecnológica e tratamentos.

A segurança foi apresentada ao nível das infeções multirresistentes que devem ser combatidas com informação e educação, troca de experiências, monitorização, redução do mau uso de antibióticos, responsabilidade dos atores envolvidos e medidas legislativas.

A sustentabilidade dos sistemas de saúde europeus representa um grande desafio para os governos, profissionais de saúde e doentes. É necessário aumentar a consciencialização sobre a importância de um compromisso compartilhado para reduzir o desperdício e a ineficiência na atenção à saúde. Embora a captação de recursos para a saúde seja imprescindível, ter o dinheiro não garante uma cobertura universal. A Organização Mundial de Saúde estimou que entre 20% e 40% dos gastos com saúde são desperdiçados por causa da ineficiência. Além disso, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) esti-

mou que, na Europa, a expectativa média de vida poderia aumentar em cerca de 2 anos, se os recursos fossem usados de forma mais eficiente. Consequentemente, a redução das ineficiências pode levar a ganhos substanciais. A integração entre cuidados de saúde e cuidados sociais e uma aplicação de tecnologias inovadoras pode aumentar significativamente a produtividade, a eficiência e pode levar a um melhor uso dos recursos, maior satisfação dos cidadãos e redução dos custos.

Promover medidas para abordar as desigualdades no acesso a cuidados e resultados de saúde - dentro e entre países serão iniciativas para facilitar o acesso equitativo à acessibilidade da inovação - sem discriminação - que devem ser encorajadas pela Comissão Europeia com o envolvimento de todas as partes interessadas, incluindo autoridades nacionais e regionais, associações cívicas e de doentes, profissionais de saúde e a indústria farmacêutica. Neste âmbito, foram discutidas medidas e responsabilidades de todos os envolvidos, desde as instituições europeias aos governos, para facilitar a disseminação de boas práticas, identificar as prioridades para as reformas, promover a literacia digital, o investimento em investigação, a garantia de cuidados transfronteiriços e o retorno ao trabalho depois de uma doença grave ou para aqueles em situação de doença crónica.

Considerando que, nos últimos 5 anos, as instituições europeias adotaram medidas importantes, a remoção das barreiras que dificultam acesso a cuidados de saúde de qualidade para todos os cidadãos deve ser equacionada com a participação de todos os atores e com os cuidados centrados nos cidadãos. O paradigma das políticas de saúde mudou, já que as questões económicas são importantes mas há necessidade de medidas inovadoras que transformam o conhecimento em valor, apelando a atitudes de monitorização, partilha e parcerias, preocupação

com os resultados, através da literacia digital, informação e cuidados centrados no doente com a sua colaboração para a definição de políticas que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos.

Os objetivos abordados pareceram muito claros, apelando a que todos juntos, cidadãos ativos, profissionais informados, decisores preocupados, políticos responsáveis devam colocar a saúde como uma prioridade da agenda europeia nos próximos 5 anos. Daí a importância deste evento e também da participação nas eleições para o Parlamento Europeu. *

* Em representação da Associação de Doentes de Dor Crónica dos Açores e consultora para a Plataforma SIP Portugal (Impacto Social da Dor)